

Relação EUA-Brasil: A Doutrina Reagan e o Processo de Redemocratização do Brasil (1981-1985)

SANDRO HELENO MORAIS ZARPELÃO*

A Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985): uma análise geral

O Golpe de Estado de 1964 contra o então presidente João Goulart (1961-1964) ocorreu sob a alegação, em termos gerais, de que o seu plano de governo conhecido como Reformas de Base poderiam transformar o Brasil em um país socialista. Nessa época o mundo vivia sob a égide da Guerra Fria. Há também o fato de que parcela dos militares ambicionava o poder desde 1945, e o governo dos EUA juntamente com parte da imprensa, da classe média, do empresariado, da Igreja Católica e da elite brasileira desejavam garantir a permanência do capitalismo e da ordem no país e assim, promoveram o citado golpe que instaurou a Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985).

Não se pode esquecer de que os Estados Unidos da América tiveram um papel decisivo no apoio, planejamento, organização e estruturação do Golpe de Estado de 1964 e na construção da Ditadura Civil-Militar Brasileira.

O chamado “milagre econômico brasileiro” observado nos governos dos presidentes militares Arthur da Costa e Silva (1967-1969) e Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), foi caracterizado em linhas gerais por forte crescimento econômico, utilização de crédito internacional farto e barato, desenvolvimento industrial, grandes investimentos em infraestrutura e aumento exponencial da desigualdade social. Tal modelo econômico era assentado no tripé formado pelos capitais estatal, multinacional e privado brasileiro. Ao mesmo tempo, ocorreu o desmantelamento do Estado Democrático de Direito no Brasil, com a perseguição política, edição dos Atos Institucionais, principalmente o AI-5, de 1968, cassação de direitos políticos, censura à imprensa, repressão e perseguição contra a oposição política, fechamento temporário e controle do Congresso Nacional,

* Doutorando em História Social, Universidade de São Paulo (USP), mestre em História Política e dos Movimentos Sociais, Universidade Estadual de Maringá (UEM), e-mail: shmzarpelao@usp.br.

aplicação da tortura como instrumento político que levou o Brasil a um período de temor e de obscurantismo político e histórico.

Nessa época, o citado “milagre” foi duramente afetado pelas transformações econômicas, políticas e geopolíticas internacionais. O fim do padrão dólar-ouro decretado pelo governo do presidente Richard Nixon, em 1971, dos EUA, a Primeira Crise Internacional do Petróleo², em 1973, causado pela Guerra do Yom Kippur³ entre Israel contra Egito e Síria, a Revolução Islâmica Iraniana, em fevereiro de 1979, que derrubou o Xá Reza Pahlevi que governava o Irã desde 1953 e em seu lugar assumiu o Aiatolá Khomeini e a Segunda Crise Internacional do Petróleo⁴, no biênio 1979/1980, em que os preços do barril de petróleo subiram ainda mais, agravando e colocando em risco o fornecimento do “ouro negro” para os mercados ocidentais, incluindo o Brasil. A crise do sistema capitalista se espalha com o fim do padrão dólar-ouro pelos EUA e com as crises do petróleo que atingem os países da Europa Ocidental, da América Anglo-Saxônica, da América Latina – inclusive o Brasil – e o Japão, pois eram muito dependentes das importações de petróleo oriundas do Oriente Médio na década de 1970. Isso causou um grande e devastador impacto na economia brasileira e no sonho de grandeza dos militares transformando o sonho do “milagre brasileiro” em um pesadelo econômico e político no governo do presidente militar Ernesto Geisel (1974-1979).

A política externa brasileira durante os governos dos presidentes Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), Arthur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici caracterizou-se pelo alinhamento político e econômico com o bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos. Vale lembrar, que o mundo, no cenário das relações

² 1ª Crise Internacional do Petróleo: devido ao embargo do petróleo feito pela OPEP contra os países ocidentais, ocorreu um aumento considerável no preço do barril de petróleo, passando de aproximadamente US\$ 2,00 para US\$ 12,00, provocado pela OPEP. Vale ressaltar que esta última utilizou o petróleo como “arma política” para tentar pressionar os Estados Unidos e os países da Europa Ocidental a pressionarem Israel, para que este devolvesse os territórios ocupados na já mencionada Guerra dos Seis Dias.

³ Guerra do Yom Kippur (1973): conflito ocorrido entre Israel contra Egito e Síria, sendo que estes dois últimos realizaram um ataque surpresa no dia do Yom Kippur, ou dia do “perdão”, data sagrada para a religião do judaísmo. Conseqüência direta da Guerra dos Seis Dias (1967), vencida por Israel. O efeito direto foi a manutenção dos territórios ocupados e reivindicados por jordanianos, egípcios, palestinos e sírios, no caso a Faixa de Gaza, Cisjordânia, Jerusalém Oriental e Colinas do Golan sob o domínio israelense. Outro efeito foi a 1ª Crise Internacional do Petróleo.

⁴ A 2ª Crise Internacional do Petróleo foi causada em grande parte pela Revolução Islâmica Iraniana, de 1979 e pelo início da Guerra Irã-Iraque (1980-1988). O envolvimento de dois dos mais importantes produtores de petróleo mundiais e da OPEP, fez o barril de petróleo aumentar substancialmente no mercado internacional

internacionais, vivia sob a égide da disputa geopolítica bipolar entre Estados Unidos (capitalismo) e União Soviética (socialismo), a chamada Guerra Fria.

Em 1973, foi eleito o general Ernesto Geisel para presidente da república pelo colégio eleitoral. Durante o que governou até 1979. Foi durante o seu governo que o país deveria fazer uma abertura lenta, gradual e segura. Desenvolveu o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, para a construção das usinas nucleares em Angra dos Reis. Fez o PROALCOOL (Programa Nacional de Incentivo ao Alcool), para diminuir a enorme dependência brasileira de importações de petróleo.

A política externa brasileira no governo Geisel apresentou mudanças e adotou a busca pela diversificação de parceiros políticos e econômicos, uma relação mais estreita com outros países do terceiro mundo, como os africanos, constantes atritos com Washington e a adoção de uma política externa mais independente. O governo de Jimmy Carter (1977-1981) possuía como uma de suas linhas políticas a defesa dos direitos humanos e da democracia, mesmo que representasse o enfrentamento com as ditaduras latino americanas de países aliados como o Brasil. Nesse sentido, os atritos entre Washington e Brasília se tornaram muito freqüentes e ocorreu o distanciamento e esfriamento das relações entre os dois países.

Ao final da década de 1970, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo foi eleito pelo Colégio Eleitoral, em 1978, para o cargo de presidente da república. Para essa eleição várias modificações anteriores foram realizadas no Colégio Eleitoral, como a eleição indireta do 1/3 dos senadores (apelidados biônicos), a divisão do estado de Mato Grosso e a União do Estado da Guanabara com o Rio de Janeiro. Dessa maneira o número de deputados e senadores da ARENA aumentou, compensando a derrota eleitoral do governo nas eleições legislativas de 1974 para a oposição representada pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

Mesmo considerado o "presidente da abertura", o governo de João Figueiredo (1979-1985) preocupou-se com a eleição de seu sucessor. O partido do governo, agora denominado PDS (Partido Democrático Social), realizou uma série de manobras para permanecer no poder e tentar contrariar o movimento social pelas eleições diretas que se organizava desde o final de 1983. A última grande manobra foi a rejeição da Emenda Constitucional do deputado Dante de Oliveira que introduziria no país a eleição direta para Presidente da República.

O mineiro Tancredo Neves foi eleito pelo Colégio Eleitoral, pertencendo ao partido PMDB, vencendo o seu adversário Paulo Maluf, candidato dos militares e do PDS. Sua vitória marcou o retorno dos civis ao cargo de Presidente da República, fato este que não se via desde o Governo de João Goulart (1961-1964), último civil a governar o país. Entretanto, Tancredo Neves, na véspera de assumir a presidência da República, em 14 (catorze) de março de 1985, foi internado em Brasília e depois transferido para São Paulo e por isso, acaba não assumindo a Presidência da República e em seu lugar assume o seu vice José Sarney.

No dia 21 de abril de 1985, Tancredo Neves acabou falecendo e o vice-presidente José Sarney que era o presidente interino até que Tancredo se recuperasse, assumiu definitivamente a presidência do país e passaria longos cinco anos no Palácio do Planalto.

Assim, nas décadas de 1960 e 1970 as ditaduras militares direitistas nos países da América Latina, como a do Brasil, tinham cumprido o seu papel de garantir que tais países continuassem sob a órbita de influência estadunidense, abrissem suas economias ao capital estrangeiro e combatessem os perigosos movimentos políticos e armados de caráter socialista. Contudo, tal processo apresentou uma mudança substancial na década de 1980 quando políticas econômicas neoliberais focadas na liberdade de comércio internacional e na pouca presença do Estado na seara econômica foram defendidas conjuntamente com políticas de valorização da democracia pelos governos dos presidentes Ronald Reagan (1981-1985), dos Estados Unidos, e da primeira-ministra Margaret Thatcher (1979-1990), do Reino Unido. Aos poucos a relação de apoio de Washington aos citados regimes ditatórias iria mudar.

A Doutrina Reagan e o Processo de Redemocratização do Brasil

Concomitantemente, em janeiro de 1981, assumia o cargo de presidente dos Estados Unidos, o republicano Ronald Reagan, depois de vencer seu rival democrata, o então presidente Jimmy Carter (1977-1981), nas eleições de 1980.

Seu país enfrentava um grave momento de desconfiança e insegurança. A imagem da superpotência se encontrava bastante arranhada devido à derrota no Vietnã, em 1975, a Revolução Islâmica Iraniana, em 1979, a invasão soviética sobre o Afeganistão, em

1979, perda de competitividade das empresas estadunidenses e a forte crise de sua economia capitalista.

Reagan personificava a ascensão de novas forças conservadoras, de uma Nova Direita, que defendia a recuperação da imagem, da hegemonia e da capacidade de liderança diplomática dos Estados Unidos no Ocidente, através do retorno de políticas belicistas, recrudescimento da Guerra Fria, de novas intervenções militares, da defesa de políticas neoliberais, da reativação de um anticomunismo e do crescimento da corrida armamentista. Tais premissas foram fundamentais na atuação dos Estados Unidos em regiões como o Oriente Médio, América Latina e Brasil, na década de 1980.

Foi durante o seu governo que se construiu a chamada “Nova Guerra Fria”, que introduziu um discurso amplamente militarista e uma política ofensiva em relação à Moscou. Um dos seus objetivos era recuperar, perante a sociedade estadunidense e a comunidade internacional o poder e o prestígio dos EUA na política internacional e recuperar a sua imagem que ficou bastante arranhada com a derrota na Guerra do Vietnã (1965-1975). Ainda pairava naquele momento a sombra do Vietnã sobre à Casa Branca, o Departamento de Estado e o Pentágono, pois de acordo com o historiador Eric Hobsbawm *A política de Ronald Reagan, eleito para a presidência em 1980, só pode ser explicada como uma tentativa de varrer a mancha da invulnerabilidade dos EUA, se necessário com gestos de poder militar...* (HOBSBAWM, 1995. p. 244).

Em outras palavras, Reagan ambicionava que os Estados Unidos lutassem pela hegemonia no mundo, por meio da militarização, pois foi uma opção deliberada e consciente da Casa Branca em prol da recuperação do prestígio militar e geopolítico internacional, da solução de sua crise econômica, de conter a União Soviética e de refazer a imagem do país perante o seu público interno. A retomada da Guerra Fria foi colocada em prática por meio de intervenções militares nos países do Oriente Médio e da América Central e do apoio aos processos de redemocratização dos países da América do Sul.

No governo Reagan (1981-1989), a seara militar tem papel fundamental e preponderante. Os grandes investimentos militares, as intervenções armadas e a utilização da “diplomacia da força” causaram inúmeras conseqüências externas e internas para os Estados Unidos. Sua economia foi seriamente afetada o que demonstra a estreita dependência entre as questões externas e as questões internas estadunidenses.

A política externa de Ronald Reagan era pautada por negociações, intervenções, uso da força militar, para atingir o grande objetivo de recuperar a hegemonia dos Estados Unidos, no mundo capitalista, garantir o suprimento de fontes de energia, como o petróleo, e recuperar a economia interna. Pode-se afirmar que tal política foi erigida pelo próprio presidente, por sua cúpula de governo, aliados e pelos neoconservadores do Partido Republicano.

De acordo com Water LaFeber⁵, a política externa estadunidense do governo Reagan buscava garantir e aplicar os interesses dos Estados Unidos nas relações internacionais. Para tanto, foi construída um conjunto de princípios, estratégias, crenças, idéias e teorias que embasavam a atuação de Washington em termos militares e geopolíticos, conhecida como Doutrina Reagan.

Vale ressaltar que os pressupostos da Doutrina Reagan não são apenas e tão somente teorias racionais e estratégicas, mas também ideologias e crenças do presidente Ronald Reagan. Segundo Water LaFeber e Thomas McCormick⁶, a Doutrina Reagan foi construída sobre quatro pontos principais: o retorno do anticomunismo, a crescente militarização da política e da economia do país, a diferenciação entre Totalitarismo e Autoritarismo e o aumento da abrangência dos poderes do presidente Reagan.

De acordo com Rodrigo Candido⁷ para compreender melhor tais pilares, é assaz necessário destacar que os fatos internos e externos se interligavam e se relacionavam. Em outras palavras, as políticas externas podiam causar efeitos internos e esses poderiam influenciar a elaboração de medidas externas. Então, a Doutrina Reagan e os seus quatro pontos embaixadores, devem ser relacionados às questões internas dos Estados Unidos.

⁵ LAFEBER, Water. *The American Age: United States Foreign Policy in the Cold War and after*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1995.

⁶ McCORMICK, Thomas J. *America's Half-Century: United States Foreign Policy in the Cold War and After – Second Edition*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1995; LAFEBER, Water. *The American Age: United States Foreign Policy in the Cold War and after*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1995.

⁷ CANDIDO, Rodrigo. *Diplomacia de Chumbo: A política externa do governo Reagan e a militarização estadunidense na década de 1980*. Artigo de Especialização apresentado ao Curso de Especialização de História e Sociedade, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2010.

Assim sendo, o primeiro ponto foi que o presidente Reagan pressionou o Congresso e aumentou o seu poder, concentrando-o. Para tanto, militarizou a sua política, enfrentou a oposição Democrata no Capitólio e até foi contra a opinião pública para implementar suas intervenções militares no Oriente Médio e na América Central, por exemplo. Isso trouxe para os Estados Unidos, graves problemas econômicos, como o crescente déficit público e a alta dívida pública.

O segundo ponto apontado por LaFeber foi o recrudescimento do anticomunismo e da necessidade de se enfrentar a União Soviética. Vale lembrar que durante os governos de Richard Nixon (1969-1974), de Gerald Ford (1974-1977) e de Jimmy Carter (1977-1981), o anticomunismo e a ameaça soviética foram menos utilizados, devido ao período da Détente, na Guerra Fria, como pressupostos e formas de pressões em prol de políticas militares intervencionistas e de auxílio estadunidenses. Não se pode esquecer de que o anticomunismo e a necessidade de conter Moscou eram características intrínsecas à personalidade do presidente Ronald Reagan.

Já o terceiro ponto, polêmico e paradoxal, muito importante para a política externa de Reagan e para a aplicação de sua doutrina foi o da diferenciação entre Totalitarismo e Autoritarismo. Para LaFeber⁸, tal diferenciação foi erigida pela intelectual Jeane J. Kirkpatrick, embaixadora dos Estados Unidos, nas Nações Unidas, em 1981. Para ela, os “regimes totalitários” se aplicavam aos países que se acreditava não ter possibilidade de adotarem a democracia e o capitalismo e eram contra os interesses dos Estados Unidos nas relações internacionais, como a China, União Soviética e os países do Terceiro Mundo governados por líderes esquerdistas como Cuba.

Em contrapartida, os países que eram dominados por governos autoritários, mesmo não possuindo liberdade política, abertos à democracia e ao capitalismo e que não se opunham aos interesses estadunidenses, eram considerados autoritários. Na prática, tal diferenciação permitiu ao governo Reagan apoiar ditaduras de direita e condenar os governos ditatoriais esquerdistas. Foi o caso da Argentina, da Indonésia e da África do Sul. Tal política de diferenciação passou por paradoxos como na época da Guerra das Malvinas (1982), em que Washington apoiou Londres em detrimento de Buenos Aires, governado por uma ditadura militar direita.

⁸ LAFEBER, Water. *The American Age: United States Foreign Policy in the Cold War and after*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1995.

O quarto e último ponto de sustentação da Doutrina Reagan, foi o grande enfoque na questão militar. Os gastos governamentais orçamentários com a área militar cresceram exponencialmente, para se poder aplicar cada vez mais a “diplomacia da força”.

Com relação à massiva militarização do governo Reagan, ela pode ser vista através de quatro vertentes. A primeira se refere ao projeto SDI (Strategic Defense Initiative), chamado pela imprensa como “Star Wars” (Guerra nas Estrelas), que objetivava construir um amplo escudo de defesa antimíssil, contra a União Soviética. A segunda vertente foi o aumento das intervenções militares estadunidenses em países do “Terceiro Mundo”, para combater as tensões crescentes, como na Nicarágua, por exemplo. A terceira vertente foi o combate aos governos esquerdistas revolucionários, como no caso de países da América Central. A quarta e última foi a preocupação estadunidense em utilizar o seu aparato militar em manter e aumentar os seus pontos estratégicos e de fornecimento seguro de petróleo no Oriente Médio. Isso se percebeu quando os Estados Unidos financiaram grupos afegãos contra a presença soviética no Afeganistão e também quando interveio na Guerra Irã-Iraque (1980-1988).

Ressalta-se, novamente, que o objetivo precípua da Doutrina Reagan era o de recuperar a hegemonia militar, diplomática e política estadunidense no mundo. Então, foi sobre tal doutrina que o governo Reagan erigiu e implantou suas políticas de governo. Percebe-se, então, que a Doutrina Reagan tinha sua base, de acordo com LaFeber⁹, na Doutrina do Destino Manifesto e na política Wilsonista, isto é, de que o mundo poderia ser um lugar mais seguro para a democracia desde que Washington interviesse. A ironia e contradição da Doutrina Reagan é que os Estados Unidos apoiaram ditaduras de direita em detrimento das ditaduras de esquerda, nos países periféricos.

Desse modo, pode-se resumir a Doutrina Reagan como um conjunto de idéias e teorias, de política externa, que valorizava substancialmente o aumento dos investimentos em questões militares, em busca de uma atuação dos Estados Unidos, no Terceiro Mundo, através da incitação de disputas internas dentro do próprio país. Foi o que ocorreu na região do Oriente Médio, quando os Estados Unidos intervieram na Guerra Irã-Iraque, juntamente com a União Soviética, para encerrá-la e assim, garantir o fornecimento de petróleo para o seu energívoro mercado consumidor.

⁹ Idem, 1995.

Nota-se que a Doutrina Reagan, além do aspecto militar, também pode ser explicada e compreendida através da relação de tal aspecto com as esferas econômica e política, tanto no âmbito interno e externo. Ao mesmo tempo, que a corrida armamentista e as tensões da Guerra Fria se aceleravam, ocorria uma perda substancial de competitividade e de produção da economia estadunidense, tanto nos mercados interno como no externo. O déficit público crescia e financiava a preocupante escalada da dívida pública.

Interessante observar que apesar dos altos investimentos militares feitos no governo Reagan, a economia estadunidense não se recuperou e outros setores econômicos nacionais continuavam patinando, com baixa produtividade e vendas. Vale ressaltar que o a presidência de Ronald Reagan representava diversos interesses e objetivos no campo econômico, na política interna, na política externa e de intimidação da União Soviética. Ademais, não se pode esquecer-se dos efeitos da Síndrome do Vietnã sobre a confiança dos Estados Unidos, de sua imagem perante o mundo e com a sua opinião pública.

No campo político, ao retomar a corrida armamentista, buscava uma grande superioridade estratégica dos Estados Unidos sobre a União Soviética. Para tanto, convenceu o Capitólio, através de grandes pressões, para que aprovasse os altos gastos militares para causar o colapso da União Soviética.

No campo econômico, teve uma postura no mínimo paradoxal, pois a política externa de Reagan defendeu a adoção de políticas neoliberais ao mesmo tempo em que impunha severos embargos econômicos e políticas protecionistas no comércio internacional. Já no âmbito interno, realizou pesadas intervenções na economia e vultosos subsídios ao complexo industrial-militar.

A diminuição das tensões com a União Soviética, a partir de 1985, ocorreu com a ascensão ao poder do líder soviético Mikhail Gorbachev, e a adoção das políticas da Glasnost e da Perestroika e com a eleição de uma maioria democrata no Capitólio. Isso coincidiu com o 2º mandato presidencial de Ronald Reagan, entre 1985 e 1989.

Mesmo assim, a política externa de Reagan não se despreocupou com os interesses dos Estados Unidos no Oriente Médio. A intervenção estadunidense na Guerra do Afeganistão (1979-1989) e a Guerra Irã-Iraque (1980-1988) são dois grandes exemplos de aplicação da Doutrina Reagan.

No caso do Afeganistão, havia a preocupação em apoiar militar, política e economicamente os Mujahedin (guerreiros muçulmanos que lutam em defesa e proteção

do Islã) contra a presença soviética. O Afeganistão, sem dúvida alguma, para LaFeber¹⁰, foi um país chave para tal doutrina. Além da preocupação com a ambição soviética de conseguir uma saída para o Oceano Índico e um importante ponto estratégico, havia também a ideia de contê-la.

A Guerra Irã-Iraque (1980-1988), envolvia dois países riquíssimos em petróleo em uma área de grande interesse estratégico. Tal conflito ameaçava o fornecimento de petróleo para a economia estadunidense e para os seus aliados (países da Europa Ocidental e Japão). Também representava uma ameaça aos interesses dos Estados Unidos na região, pois o antiamericanismo e o fundamentalismo muçulmano cresciam e deveriam ser combatido fortemente.

Ressalta-se, que após a Revolução Islâmica Iraniana, em 1979, os Estados Unidos perderam um grande aliado na mencionada região, o que interferiu na sua política estratégica. Teerã deixou de ser uma das bases da “política dos dois pilares” de Richard Nixon e passou a ser hostil e adversário de Washington. Quando a Guerra Irã-Iraque explodiu, o governo Reagan procurou apoiar os dois lados, através de uma política dúbia e pragmática que garantisse o equilíbrio militar e evitaria a supremacia de um dos lados em conflito. Também evitaria que Moscou apoiasse algum dos lados beligerantes, o que garantiria o seu afastamento do teatro de operações.

Mesmo assim, isso não impediu que eclodisse o Escândalo Irã - Contras, em que os Estados Unidos venderam secretamente armas para o Irã, através do intermédio de Israel, cujo dinheiro conseguido financiava o grupo militar direitista, conhecido como CONTRAS, na Nicarágua, para combater os Sandinistas. Isso provocou um sério desgaste para a imagem do presidente Ronald Reagan e de seu governo.

A Doutrina Reagan tinha como um dos seus objetivos combaterem de forma veemente a ascensão de regimes de esquerda em alguns países da América Central, como Nicarágua e El Salvador. O objetivo era levar a democracia para a região de forma lenta, segura e sem enfrentamentos com os regimes militares, para fortalecer as instituições democráticas e garantir uma exitosa transição dos países da região rumo à democracia. A atuação dos EUA na região foi um dos principais enfoques da atuação da Doutrina Reagan, e seu intuito de combater a esquerda nos países periféricos. Principalmente nos

¹⁰ Idem, idem, 1995.

casos da Nicarágua e El Salvador, duas prioridades dos objetivos democráticos de caráter universal de Reagan.

Ao mesmo tempo, no Brasil, depois de anos seguidos de regime ditatorial, repressivo e autoritário sob o comando dos militares, a oposição cresceu representada por partidos como PT, PMDB e PDT e o processo de transição política rumo à democracia se consolidava apesar dos sobressaltos políticos e econômicos.

Nesse sentido, a oposição ao governo militar iniciou um movimento em novembro de 1983, conhecido como “Diretas Já” com o objetivo de aprovação da Emenda Constitucional Dante de Oliveira estabelecendo que as próximas eleições presidenciais, de 1984, fossem pelo voto popular direto. Comícios foram organizados em várias capitais do país, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, colocando no mesmo palanque figuras políticas como Tancredo Neves, Mário Covas, Luis Inácio Lula da Silva, Leonel Brizola, Luis Carlos Prestes, Fernando Henrique Cardoso e Ulysses Guimarães, o “senhor diretas”. Entretanto, a emenda Dante de Oliveira não foi aprovada, e o sonho das “diretas já” ficou suspenso até o ano de 1989.

De acordo com Marcos Paulo Tonial¹¹, o presidente Ronald Reagan, em visita ao Brasil em 1982, elogiou a citada transição democrática gradativa e sem grandes rupturas, o que beneficiaria a política externa estadunidense de valorização da democracia e do livre mercado e de contenção e sufocamento dos movimentos revolucionários de esquerda e a ameaça comunista na América Latina que poderiam representar o aumento da influência soviética na região.

Em seu primeiro mandato Reagan tratou de demonstrar ao mundo a importância estratégica da América latina para os Estados Unidos. A ideia de defesa dos valores democráticos deveria começar pelo chamado “quintal” dos Estados Unidos, isto é, pela sua área de influência mais próxima, a América Latina.

Ao mesmo tempo, Reagan reaproximou-se dos governos militares, diferente do governo de Jimmy Carter, para poder estreitar os laços econômicos e políticos com os países da América Latina e afastar definitivamente a ameaça de novos governos de esquerda mais

¹¹ TONIAL, Marcos Paulo. *A Política Externa de Reagan e a Redemocratização da América Latina (1981-988)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2003.

próximos da União Soviética. Isso não quer dizer que Reagan exigia a democratização dos citados países, pois:

A reaproximação do governo norte-americano com os países latino-americanos a partir do início do governo Reagan não esteve pautada pela exigência de democratização como havia sido com Carter. Os discursos, embora enfáticos na questão da democracia, não corresponderam a uma ação de pressão sobre os governos militares por uma transição imediata. O incentivo por parte da política Reagan à democratização latino-americana de forma rápida teria muito mais ênfase no segundo mandato iniciado em 1985, onde a promoção da democracia passou a ser um subsídio do governo Reagan ao mesmo tempo em que ela aparece com maior destaque em seus discursos.¹²

Ressalta-se que outra estratégia utilizada pelo governo Reagan foi o de incentivar as instituições democráticas como os sindicatos, os partidos políticos e os parlamentos com o objetivo de conquistar progresso político e econômico. A democracia não será construída com rupturas ou pelo enfrentamento com os Estados Unidos, mas por meio do fortalecimento das instituições. Ocorreu, então, uma reaproximação de Brasília com Washington por meio do apoio destes para a transição política brasileira.

A política externa de Reagan para a América Latina era consubstanciada pela defesa da democracia, do livre comércio e da garantia de que os movimentos de esquerda e a ameaça soviética na região estavam afastados definitivamente. Tais questões encontram-se presentes no documento “Uma nova política interamericana para os anos 80”, mais conhecido como Documento de Santa Fé que foi formulado por uma equipe técnica, em maio de 1980, influenciou decisivamente a política externa estadunidense. Era, no entendimento republicano, a guinada da política externa que os Estados Unidos tanto buscavam para evitar os erros da administração Carter, que na visão republicana, incentivaram o fortalecimento dos movimentos de esquerda na região por sua postura fraca, pouca agressiva militarmente e de defesa da imposição da democracia sobre as ditaduras locais.

Ocorreu, então, a troca da Segurança Nacional, baseada na imposição de ditaduras na América Latina, por uma estratégia de democracia como garantidora da segurança nacional. O apoio ao processo de abertura da Ditadura Civil-Militar, no Brasil, tornou-se compreensível por ser gradual, seguro e sem rupturas o que evitaria a emergência de

¹² Idem, p. 62.

partidos e movimentos guerrilheiros de esquerda e, por consequência, a possível influência soviética.

Não se pode esquecer de que para a segurança nacional dos Estados Unidos estivesse garantida, houve certa tolerância a existência das ditaduras militares à presença militar na América Latina foi uma das características da política externa do Departamento de Estado estadunidense no primeiro mandato de Reagan, o que já não se verificou no segundo mandato, a partir de 1985. Washington passou a identificar aos poucos nos militares e regimes ditatoriais da América Latina, como o paraguaio e o chileno, como uma ameaça concreta à segurança nacional dos Estados Unidos, algo de suma importância para o governo estadunidense.

A impaciência e a desconfiança de Washington com os governos ditatoriais direitistas da América Latina tornaram-se agudas ao longo da década de 1980, pois eles passaram a ser vistos como os causadores das revoltas esquerdistas na região. O Brasil, nessa época, não se enquadrava nessa situação, pois já se encontrava em um processo de transição democrática que acabaria com a Ditadura Civil-Militar que durou 21 (vinte e um) anos.

As pressões de Washington, entre 1985 e 1989, no segundo mandato de Reagan, em prol da democracia e dos direitos humanos cresceram nos discursos e ações estadunidenses sobre os países da América Latina que ainda permaneciam como ditaduras militares como o caso do Chile e do Paraguai, o que já não era a situação do Brasil.

Considerações Finais

Percebe-se, então, que a postura dos Estados Unidos, durante o governo Reagan, passou por um momento de aproximação com os governos militares da América Latina, após anos de enfrentamento com o governo Carter, em virtude da defesa deste de forma intransigente da democracia. O objetivo era evitar o aparecimento de movimentos guerrilheiros e políticos de esquerda e a aproximação com a União Soviética. Depois, ainda no primeiro mandato de Reagan, por meio da Doutrina Reagan, que foi construída em parte com base no Documento de Santa Fé, o Departamento de Estado foi identificando cada vez mais os governos militares como os causadores do surgimento

das insurgências de caráter esquerdista, o que não impediu Reagan de intervir em países que tinham ditaduras esquerdistas que ameaçavam os seus interesses.

A perseguição, a censura, a ausência de liberdade de expressão, de liberdade partidária, de liberdade política e de instituições democráticas, a crise econômica, a desigualdade social nas ditaduras passou a ser considerada durante o primeiro mandato (1981-1985) e principalmente no segundo mandato de Reagan (1985-1989) como causas precípua do surgimento de grupos esquerdistas.

Portanto, apoiar o processo de transição democrática como o brasileiro, era uma forma de garantir a segurança geopolítica e dos interesses dos Estados Unidos na região, de afastar a ameaça soviética, de evitar a adoção de políticas nacionalistas pelos militares, de isolar Cuba, de abrir os países ao livre comércio e de manter a hegemonia estadunidense na região.

A estabilidade política e o retorno da democracia em países como o Brasil era fundamental para que os Estados Unidos conseguissem os citados objetivos e a Doutrina Reagan foi um instrumento utilizado, por meio da militarização, anticomunismo, intervenções militares e defesas do livre comércio e da democracia.

Não se pode afirmar que o governo Reagan e a sua doutrina militar e de relações internacionais conhecida como Doutrina Reagan foram os grandes responsáveis pela redemocratização do Brasil, mas observa-se que tiveram um importante papel e influência, pois Washington apoiou a transição sem colocar objeções políticas e econômicas, inclusive com empréstimos. O Brasil, então, continuou sob a órbita de influência estadunidense.

Referências Bibliográficas

CANDIDO, Rodrigo. *Diplomacia de Chumbo: A política externa do governo Reagan e a militarização estadunidense na década de 1980*. Artigo de Especialização apresentado ao Curso de Especialização de História e Sociedade, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2010.

COMBAT, Flavio Alves. *Hegemonia e contradições no sistema monetário e financeiro internacional: as conseqüências da Guerra do Vietnã (1965-1975) e da Guerra do Iraque (2003-em curso) para a sustentação do dólar como moeda central do sistema internacional*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em

História Comparada (Instituições e Formas Políticas), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2007.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14^a Ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991*. SANTARRITA, Marcos (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAFEBER, Water. *The American Age: United States Foreign Policy in the Cold War and after*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1995.

MCCORMICK, Thomas J. *America's Half-Century: United States Foreign Policy in the Cold War and After – Second Edition*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1995; LAFEBER, Water. *The American Age: United States Foreign Policy in the Cold War and after*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1995.

MUNHOZ, Sidnei José. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.). *O Século Sombrio: Uma História Geral do Século XX*. Rio de Janeiro: Editora Campus Elsevier, 2004, p. 261-281.

_____. A Construção do Império Estadunidense. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo Pereira; MUNHOZ, Sidnei José (coords.). *Impérios na História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009, p. 245-258.

TONIAL, Marcos Paulo. *A Política Externa de Reagan e a Redemocratização da América Latina (1981-988)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2003.

ZARPELÃO, Sandro Heleno Moraes. *A Crise no Oriente Médio: a Guerra do Golfo, as Discussões Historiográficas e as Relações Internacionais (1990-1991)*. Monografia de Especialização apresentada Curso de Especialização em História Social e Ensino de História, do Departamento de História do Centro de Letras e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2006.

_____. *Tempestade no Iraque: a Guerra do Golfo, a Política Externa dos Estados Unidos, a Historiografia Militar e a Imprensa Escrita Brasileira (1990-1991)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2008.